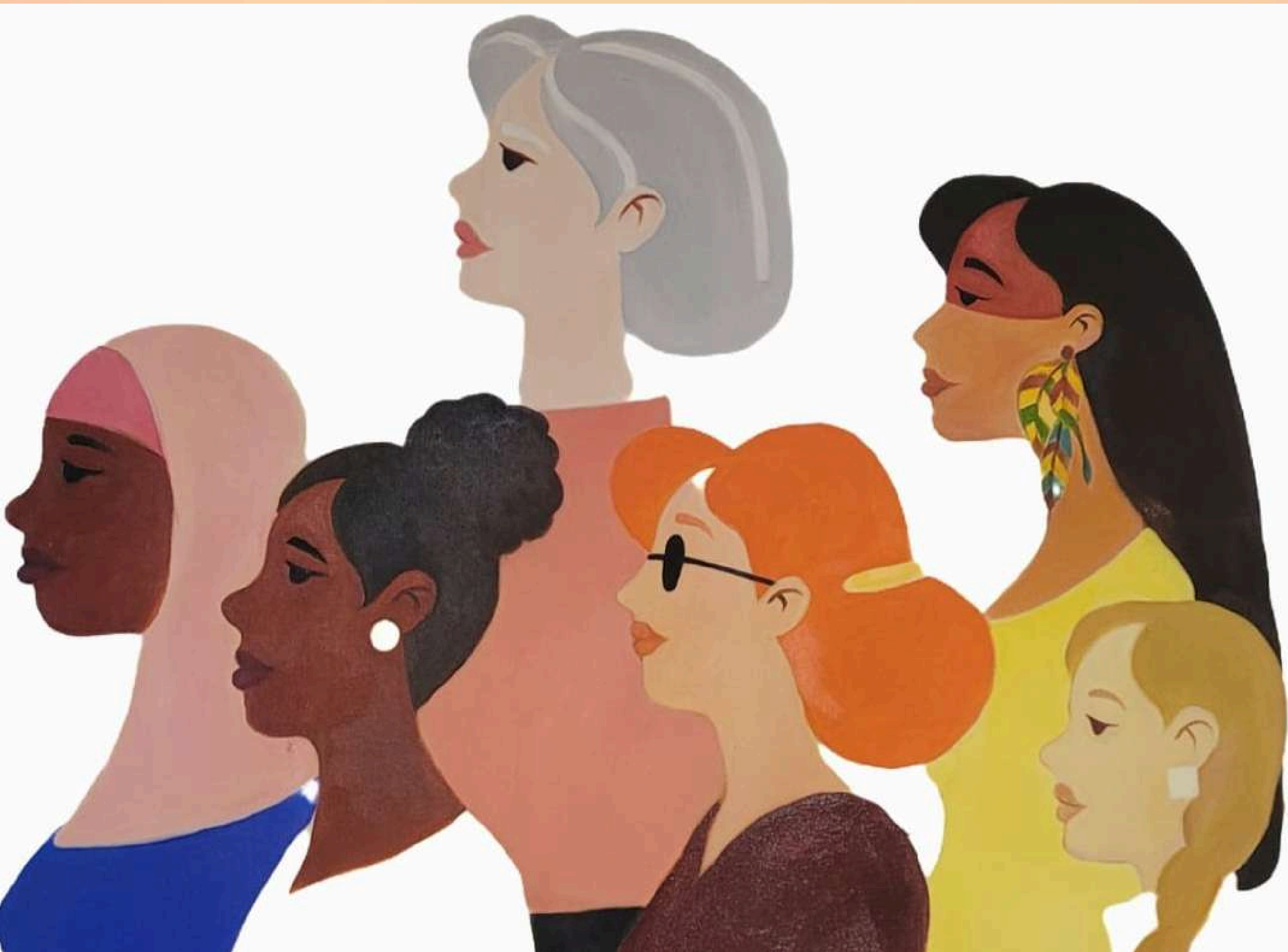


**MAIO/JUNHO 2025**



**C A O P M U L H E R @ M P M A . M P . B R**  
**| ( 9 8 ) 3 2 1 9 - 1 8 3 4**

# NOSSO CONTEÚDO

**SELO OURO**



**REUNIÕES**

**CAPACITAÇÕES**

**É DESTAQUE NO SITE DO  
MP/MA**

**ENTREVISTA**

**EVENTOS**

**NOTAS TÉCNICAS**

**JURISPRUDÊNCIAS**



## CURSOS

### JÚRI E GÊNERO: CAPACITAÇÃO CONTINUADA NO ENFRENTAMENTO AO FEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

**Curso 01: Direitos Humanos das Mulheres e Sistemas internacionais, universais e regionais de proteção à mulher**



No dia 31 de março de 2025, foi realizada a Aula 1 do curso “Júri e Gênero: capacitação continuada no enfrentamento ao feminicídio e violência doméstica e familiar”, promovido pela Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP/MA), em parceria com a CAO-Mulher e a CAO-Júri.

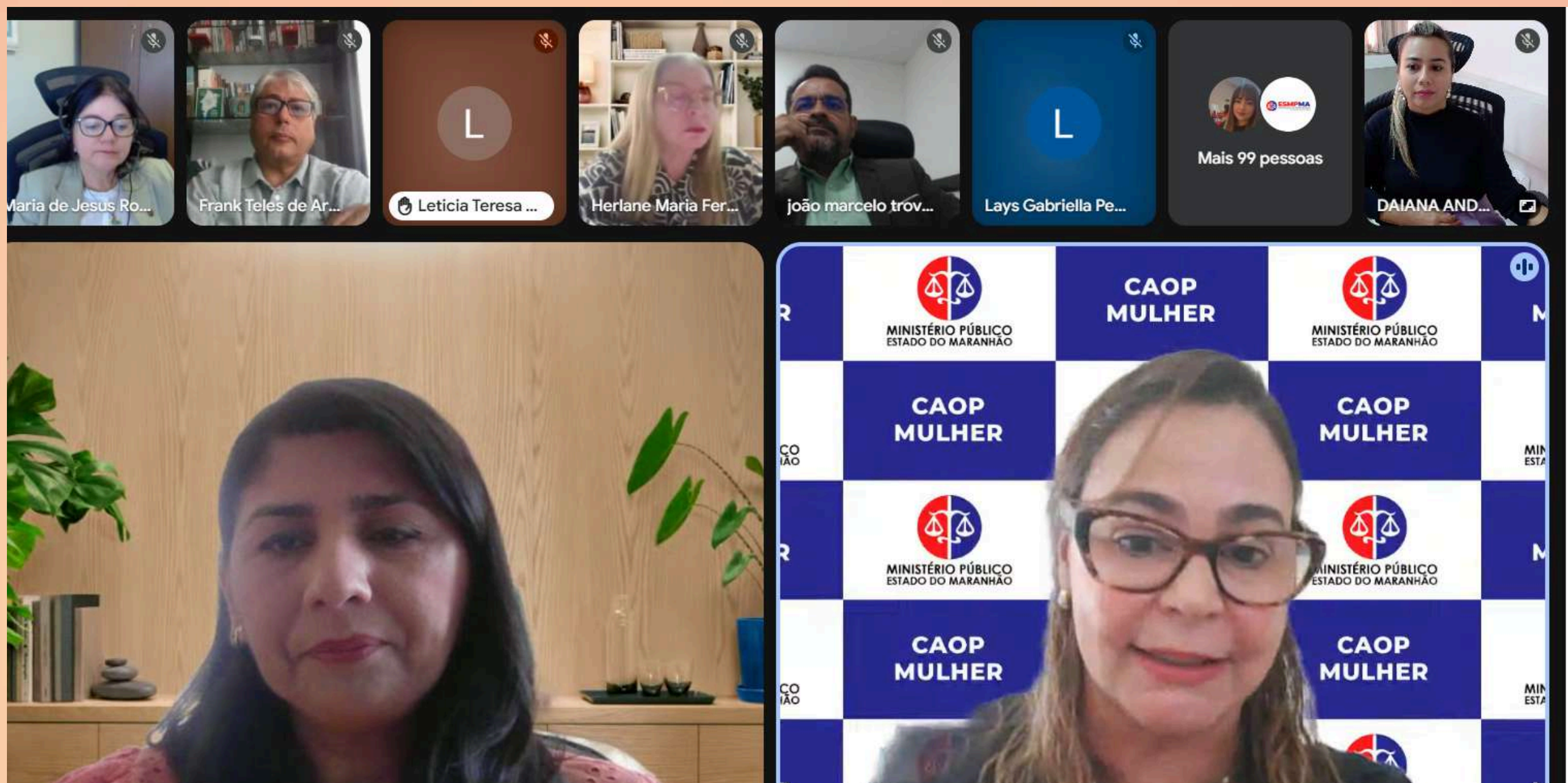
Destinado a membros, servidores, estagiários e residentes do MPMA, o curso integra o selo CNMP “MP em ação: fortalecimento do Ministério Público brasileiro no combate ao feminicídio – respeito e inclusão”. Nesta primeira aula, abordou-se o tema “Direitos Humanos das Mulheres e Sistemas internacionais, universais e regionais

de proteção à mulher”, com o objetivo de ampliar o conhecimento técnico-jurídico sobre os instrumentos de proteção e defesa dos direitos das mulheres.

Os palestrantes convidados foram o Professor Valério de Oliveira Mazzuoli, docente titular de Direito Internacional na Universidade Federal de Mato Grosso, e a Promotora de Justiça Valéria Diez Scarance Fernandes, do MPSP, referência nacional em processo penal e vitimologia. A aula foi transmitida virtualmente via Google Meet, fortalecendo o compromisso institucional de formação continuada e atuação qualificada no combate à violência de gênero.



## Curso 02: Princípios da Lei Maria da Penha

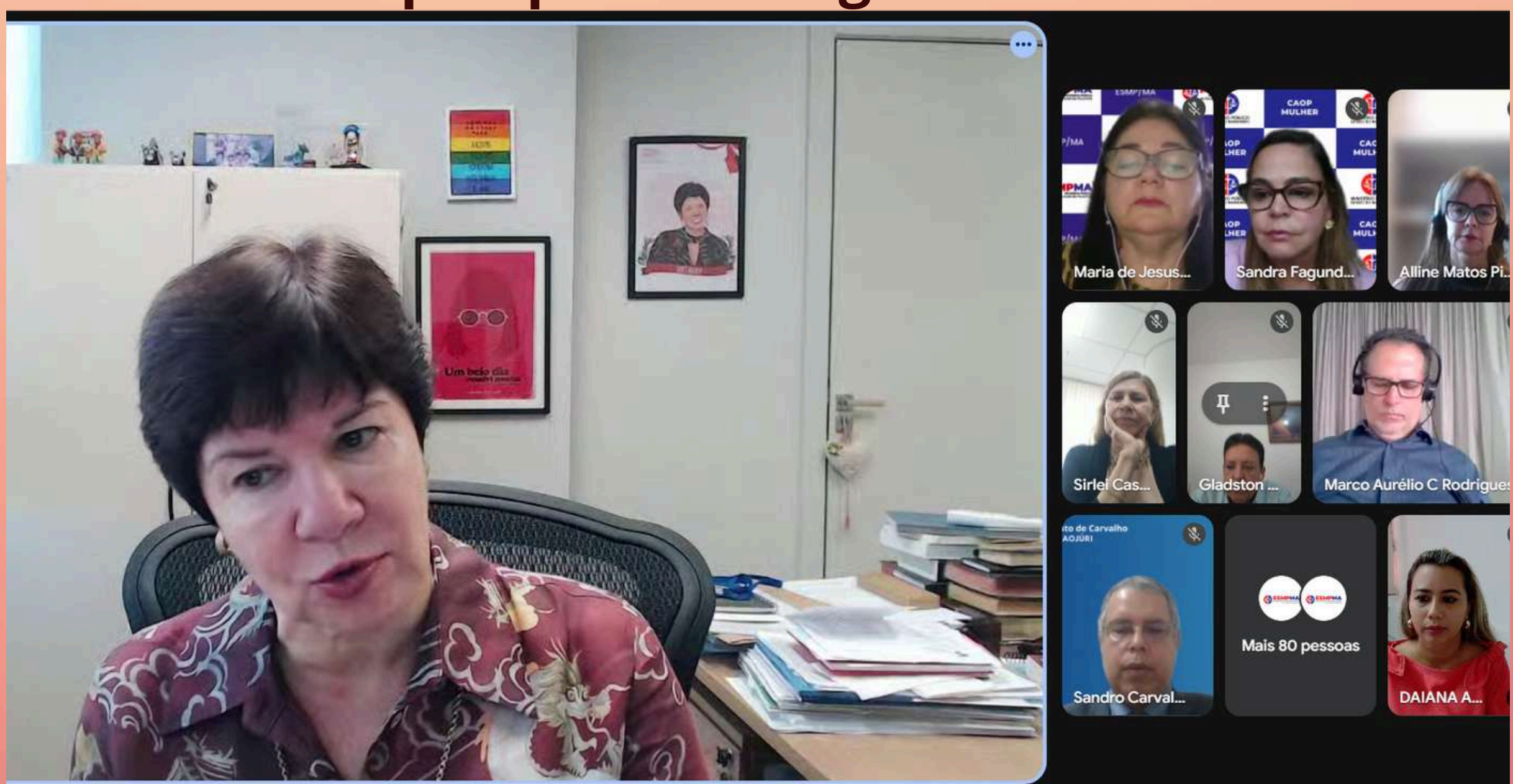


Dando continuidade ao ciclo de capacitação do curso “Júri e Gênero: capacitação continuada no enfrentamento ao feminicídio e violência doméstica e familiar”, foi realizada, no dia 5 de maio de 2025, das 9h às 12h, a segunda aula do programa.

Com o tema “Princípios da Lei Maria da Penha”, a atividade teve como objetivo aprofundar a compreensão dos fundamentos legais e práticos dessa importante legislação, fortalecendo a atuação do Ministério Público na proteção das mulheres em situação de violência.

A aula foi ministrada pela Promotora de Justiça Érica Verícia Canuto de Oliveira Veras, do Ministério Público do Rio Grande do Norte, pesquisadora e referência em estudos sobre gênero, democracia e direitos humanos. O encontro virtual, transmitido via Google Meet, reafirmou o compromisso institucional com a formação continuada de membros, servidores, estagiários e residentes do MPMA e do Ministério Público brasileiro, alinhando-se ao selo CNMP “MP em ação: fortalecimento do Ministério Público brasileiro no combate ao feminicídio – respeito e inclusão”.

## Curso 03: Direito Antidiscriminatório e julgamento sob a perspectiva de gênero





Dando sequência ao ciclo de formação do curso “Júri e Gênero: capacitação continuada no enfrentamento ao feminicídio e violência doméstica e familiar”, ocorreu, no dia 19 de maio de 2025, às 14h30, a terceira aula do programa.

Com o tema “Direito Antidiscriminatório e julgamento sob a perspectiva de gênero”, o encontro aprofundou reflexões sobre a aplicação prática do Direito com enfoque na equidade de gênero e no combate à discriminação, tema essencial para o fortalecimento da atuação do Ministério Público na defesa dos direitos humanos.

A exposição foi conduzida por Ivana Farina Navarrete Pena, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, referência na área de equidade de gênero, raça e diversidade. O evento foi transmitido virtualmente via Google Meet, reunindo membros, servidores, estagiários e residentes do MPMA e de outros ramos do Ministério Público brasileiro, em sintonia com o selo CNMP “MP em ação: fortalecimento do Ministério Público brasileiro no combate ao feminicídio – respeito e inclusão”.

## Curso 04: Formas de violência e crimes



Em mais uma etapa do curso “Júri e Gênero: capacitação continuada no enfrentamento ao feminicídio e violência doméstica e familiar”, foi realizada, no dia 26 de maio de 2025, às 9h, a quarta aula da programação.

Com o tema “Formas de violência e crimes”, a atividade aprofundou o debate sobre as diversas manifestações da violência de gênero e suas implicações no âmbito jurídico, fortalecendo a atuação institucional no combate ao feminicídio e à violência doméstica e familiar.

A exposição foi conduzida pela Promotora de Justiça Fabiana Dal'Mas Rocha Paes, do Ministério Público de São Paulo, referência nacional em proteção de gênero, direitos humanos e políticas institucionais voltadas à inclusão e ao enfrentamento da violência contra à mulher.



O encontro virtual, transmitido via Google Meet, reafirmou o compromisso do Ministério Público do Maranhão com a formação continuada de seus membros, servidores, estagiários e residentes, alinhando-se ao selo CNMP “MP em ação: fortalecimento do Ministério Público brasileiro no combate ao feminicídio – respeito e inclusão”.

## **Aula 5: Atualização em Direito Penal e Processo Penal: Dosimetria da Pena nos Crimes Dolosos contra a Vida, Prova e Cadeia de Custódia no Processo Penal**



No dia 5 de junho de 2025, o Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Escola Superior do Ministério Público (ESMP/MA), em parceria com os CAO-Júri, CAO-Crim e CAO-Mulher, promoveu o curso “Atualização em Direito Penal e Processo Penal: Dosimetria da Pena nos Crimes Dolosos contra a Vida, Prova e Cadeia de Custódia no Processo Penal”. O evento, realizado no auditório do Centro Cultural e Administrativo do MPMA, teve como público-alvo membros, servidores, estagiários e residentes da instituição.

A formação foi conduzida pelo renomado promotor de justiça Rogério Sanches Cunha, membro do Ministério

Público do Estado de São Paulo, mestre em Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (PUC-Campinas), professor e autor de diversas obras jurídicas. Com abordagem técnica e aprofundada, o curso teve como foco o aperfeiçoamento da atuação institucional nas áreas do Direito Penal e Processual Penal, especialmente no que se refere à dosimetria da pena em crimes contra a vida, à produção de provas e ao respeito à cadeia de custódia. A iniciativa reforça o compromisso do MPMA com a formação continuada e a excelência na promoção da justiça.



# REUNIÕES

## Reunião de Alinhamento e Orientações para a Correição Nacional do CNMP



A Dra. Sandra Garcia, Coordenadora do CAO-Mulher, participou de reunião conjunta realizada em 07 de maio de 2025, com a Corregedora-Geral do Ministério Público do Maranhão, Dra. Fátima Travassos; a Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, Dra. Thereza Muniz de La Iglesia; o Dr. Gabriel S. Gonçalves, Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral; o Dr. Sandro Carvalho, Coordenador do CAO Tribunal do Júri; e o Dr. Gleudson Guimarães, Coordenador do CAO da Infância e Juventude.

Na ocasião, foram repassadas orientações aos Promotores de Justiça sobre a Correição Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

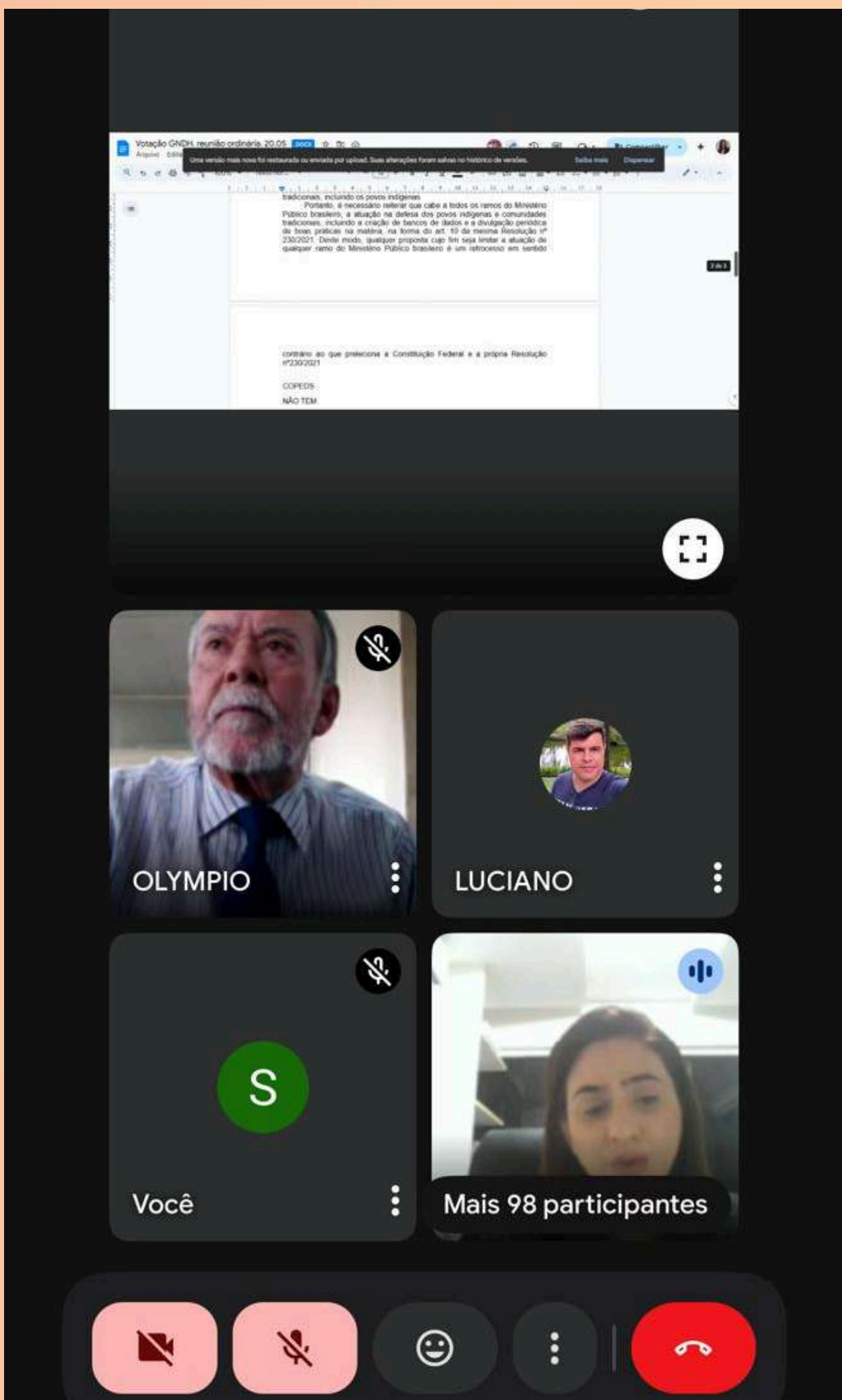
O encontro teve como pautas principais a apresentação dos focos da Correição, a definição de diretrizes e recomendações para a atuação dos membros do Ministério Público, além de esclarecimentos de dúvidas e a troca de experiências entre os participantes.



## Reunião Nacional para Fortalecimento das Ações de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

No dia 20 de maio de 2025, a Promotora de Justiça Sandra Garcia, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional (CAO) Mulher, participou de reunião estratégica com a Comissão de Prevenção e Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID) e o Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH).

O encontro reuniu representantes de Ministérios Públicos de todo o país, criando um espaço de articulação para debater políticas públicas, compartilhar experiências e alinhar estratégias de prevenção e combate à violência contra as mulheres, além de fortalecer a promoção dos direitos humanos em âmbito nacional.



## Reunião de Acompanhamento do Sistema de Monitoração Eletrônica e Dispositivos de Proteção à Mulher





No dia 27 de maio de 2025, foi realizada uma reunião na Central Integrada de Alternativas Penais e Inclusão Social (CIAPIS), com o objetivo de acompanhar o funcionamento do Sistema de Monitoração Eletrônica (SME) e avaliar as ações integradas que possibilitam o monitoramento em tempo real do paradeiro de indivíduos submetidos a medidas cautelares, por meio da transmissão de sinais de GPS via sistemas de telecomunicação. O propósito é prevenir violações de direitos e garantir a proteção efetiva das vítimas de violência doméstica e familiar.

Durante o encontro, **foram apresentados dispositivos de proteção integral à mulher, como o botão do pânico**, que, ao ser acionado, envia alerta imediato a uma central de segurança, permitindo resposta ágil em situações de risco. Também foram informados os números de dispositivos ativos nas cidades de São Luís e Imperatriz, além do quantitativo de monitorados cujas vítimas optaram por não solicitar o uso do botão do pânico, especialmente no âmbito da Lei Maria da Penha

## Reunião sobre Monitoramento Eletrônico em Medidas Protetivas de Urgência





No dia 27 de maio de 2025, foi realizada uma reunião na Central Integrada de Alternativas Penais e Inclusão Social (CIAPIS), com o objetivo de acompanhar o funcionamento do Sistema de Monitoração Eletrônica (SME) e avaliar as ações integradas que possibilitam o monitoramento em tempo real do paradeiro de indivíduos submetidos a medidas cautelares, por meio da transmissão de sinais de GPS via sistemas de telecomunicação. O propósito é prevenir violações de direitos e garantir a proteção efetiva das vítimas de violência

doméstica e familiar.

Durante o encontro, foram apresentados dispositivos de proteção integral à mulher, como o botão do pânico, que, ao ser acionado, envia alerta imediato a uma central de segurança, permitindo resposta ágil em situações de risco. Também foram informados os números de dispositivos ativos nas cidades de São Luís e Imperatriz, além do quantitativo de monitorados cujas vítimas optaram por não solicitar o uso do botão do pânico, especialmente no âmbito da Lei Maria da Penha.

## **Corregedoria Nacional do Ministério Público Realiza Visita Técnica à Casa da Mulher Brasileira, em São Luís**





No dia 4 de junho de 2025, uma comitiva da Corregedoria Nacional do Ministério Público realizou visita técnica à Casa da Mulher Brasileira, com o objetivo de acompanhar de perto o funcionamento das Promotorias de Justiça ali instaladas, bem como inspecionar a estrutura física e os serviços oferecidos pelas instituições que integram a rede de proteção às vítimas de violência.

A visita integrou as atividades da Correição Nacional Temática, voltada à promoção de direitos fundamentais, e permitiu à equipe da Corregedoria conhecer a dinâmica de atendimento às mulheres em situação de violência, fortalecendo a atuação do Ministério Público no enfrentamento a esse tipo de violação.

Participaram da atividade a promotora de justiça Sandra Fagundes Garcia, coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAO-Mulher), e a assessora técnica Daiana Andrade, que acompanharam os trabalhos desenvolvidos nas diversas frentes de atuação da Casa da Mulher Brasileira, desde o acolhimento inicial até os encaminhamentos interinstitucionais.

A visita reforça o compromisso da instituição com a efetividade das políticas públicas voltadas à proteção das mulheres, além de destacar a importância da articulação entre os órgãos do sistema de justiça e as demais entidades que integram a rede de atendimento.

## **Grupo Reflexivo para Homens realiza 10ª reunião em parceria com o CAO Mulher**

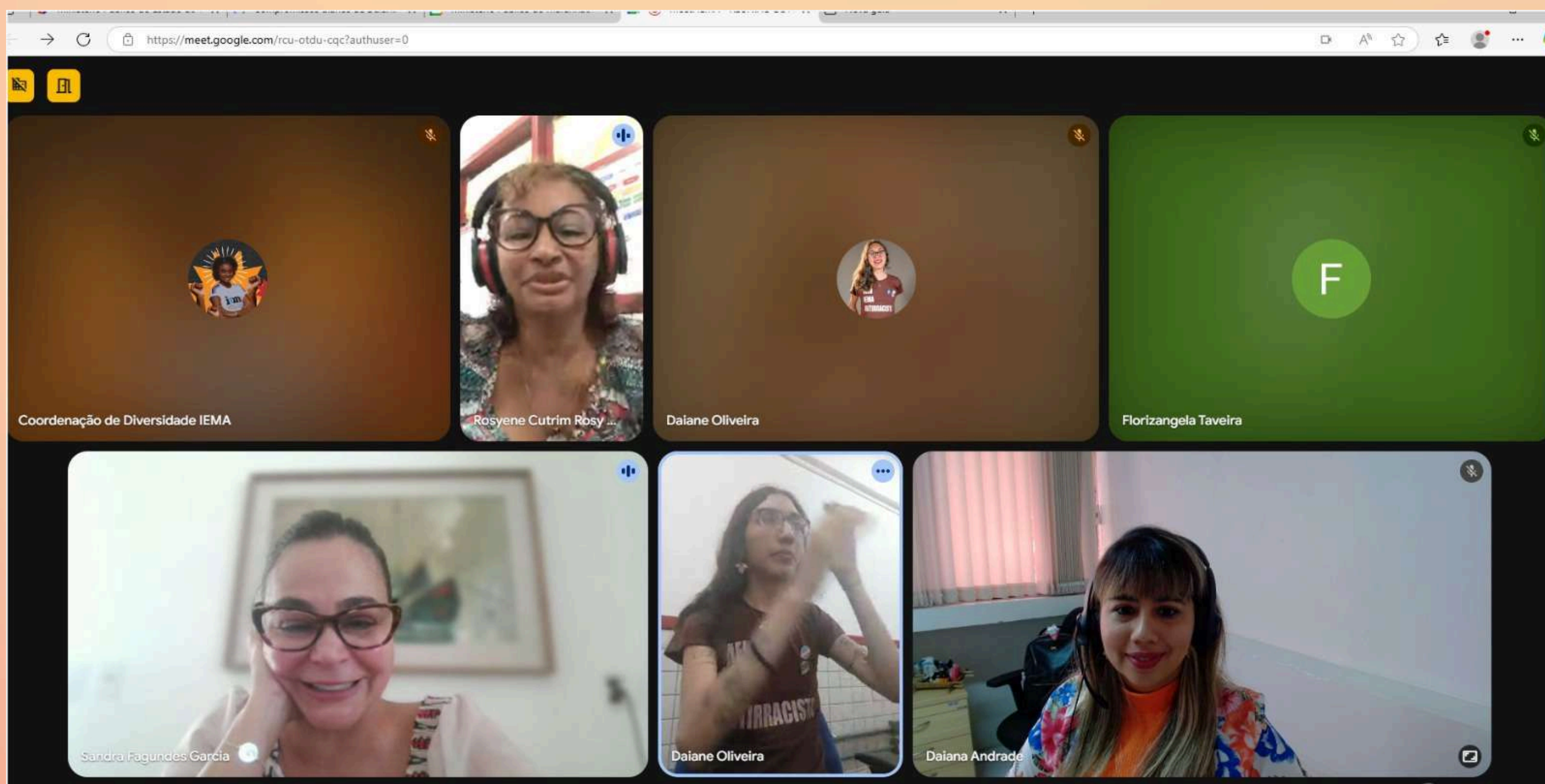
No dia 11 de junho de 2025, foi realizada a 10ª Reunião do Grupo Reflexivo para Homens, no auditório das Promotorias de Justiça da capital. O encontro foi organizado pela Faculdade Estácio de Sá, em parceria com o Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAO Mulher).

Na ocasião, o servidor João Soares, técnico ministerial, representou o CAO Mulher durante as atividades. A reunião contou com a participação de 14 homens, que discutiram temas voltados à reflexão, responsabilização e prevenção de comportamentos violentos, reforçando o compromisso institucional com o enfrentamento à violência doméstica e familiar.





## CAO Mulher articula parceria com IEMA para implantação de Grupo Preventivo



No dia 23 de junho de 2025, a promotora de justiça Sandra Fagundes, coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAO Mulher), conduziu reunião virtual com o Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA).

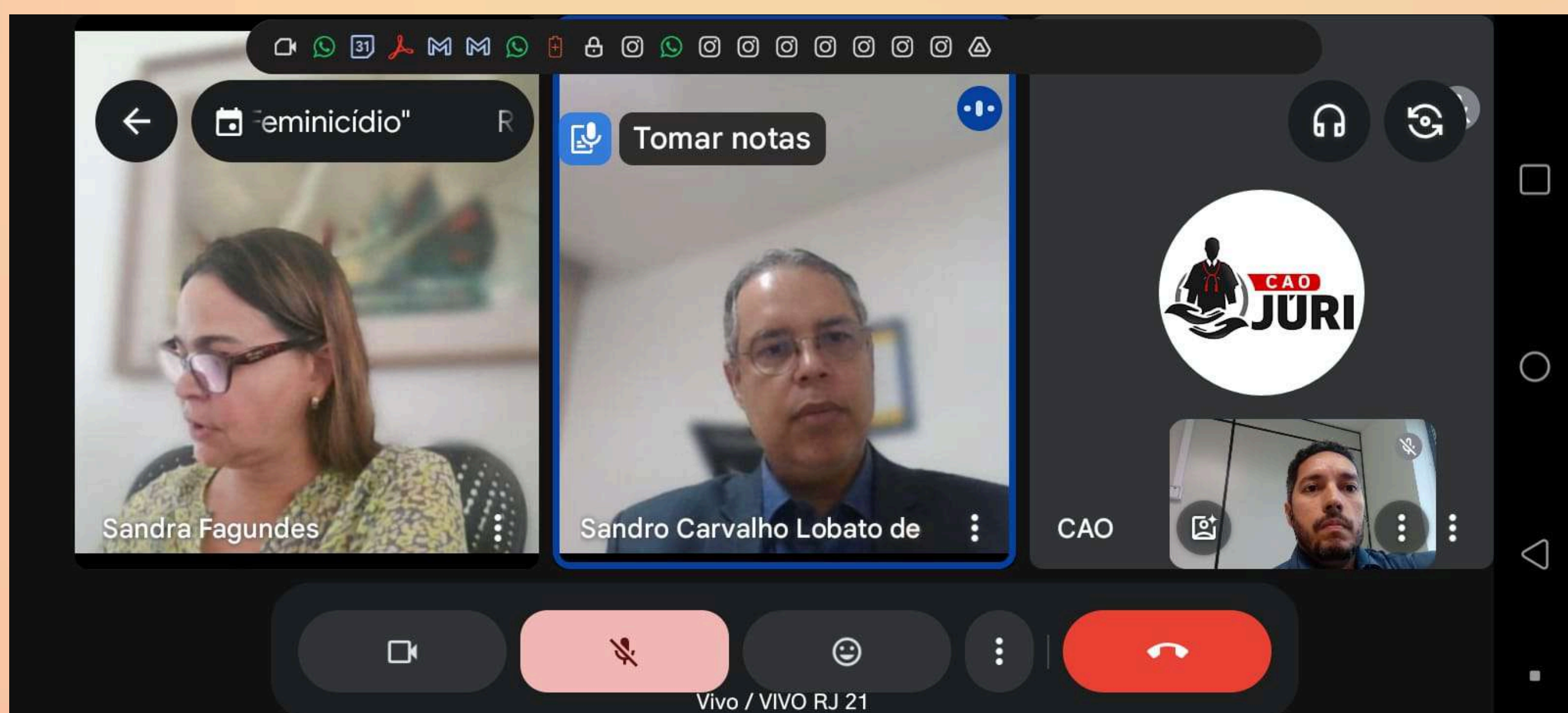
O encontro teve como objetivo promover o alinhamento institucional para a implantação do Grupo Preventivo, voltado à conscientização e prevenção de situações de violência, especialmente no ambiente educacional.



Também participaram da reunião Daiana Andrade, assistente social do CAO Mulher; Rosyene Conceição Soares Cutrim, representante da Coordenação de Diversidade e Relações Étnico-Raciais do IEMA; Daiane Luiza Sales Melo Oliveira, assessora técnica da mesma coordenação; e Florizângela Taveira, assessora técnico-científica da unidade.

A iniciativa reforça o compromisso conjunto de fortalecer ações educativas e preventivas, contribuindo para uma cultura de respeito aos direitos humanos e de combate à violência de gênero.

## Reunião entre os CAOs para discutir ações para atendimento a órfãos de feminicídio



No dia 29 de abril de 2025, foi realizada reunião conduzida pelos coordenadores Dra. Sandra Fagundes Garcia, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAO-MULHER); Dr. Sandro Carvalho Lobato de Carvalho, Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Júri; e Dr. Gleudson Malheiros Guimarães, Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude.

O encontro teve como objetivo discutir e planejar ações para obter informações detalhadas junto à Secretaria de Estado da Mulher (SEMU) sobre a implementação e a efetividade da Lei Estadual nº 11.723/2022, que trata do atendimento a órfãos de feminicídio no estado do Maranhão.



# CAPACITAÇÕES

## Capacitação Remota para Grupos Reflexivos no Enfrentamento à Violência de Gênero



No dia 12 de maio de 2025, o Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAO-Mulher) realizou uma capacitação voltada para as equipes que atuam nos grupos reflexivos, estratégia que possibilitou alcançar diversos municípios do território maranhense de maneira abrangente e efetiva.

Capacitar equipes significa aprimorar habilidades, ampliar conhecimentos e desenvolver competências essenciais para a execução qualificada dos grupos reflexivos em suas respectivas regiões. Nesta edição, participaram representantes de 11 municípios, reunindo mais de 44 pessoas.

A capacitação foi ministrada pela Promotora de Justiça Dra. Sandra Fagundes Garcia, que contou com o apoio de servidores do município de Imperatriz/MA, responsáveis por auxiliar na condução da apresentação e na organização da atividade.



## É DESTAQUE NO SITE DO MP/MA

### PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DA LEI DE PROTEÇÃO AOS ÓRFÃOS DO FEMINICÍDIO É APRESENTADA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



LINK PARA ACESSO: [HTTPS://WWW.MPMA.MP.BR/MPMA-PROPOE-ALTERACAO-NA-LEI-DE-ORFAOS-DE-FEMINICIDIO-EM-REUNIAO-COM-DEPUTADA-DANIELLA/](https://www.mpma.mp.br/mpma-propoe-alteracao-na-lei-de-orfaos-de-feminicidio-em-reuniao-com-deputada-daniella/)

No dia 13 de maio de 2025, foi entregue à deputada estadual Daniella uma proposta de alteração da Lei Estadual de Proteção aos Órfãos do Femicídio, com o objetivo de incluir uma contrapartida financeira destinada a crianças e adolescentes que perderam suas mães em razão desse tipo de crime.

Na ocasião, o Dr. Sandro Lobato destacou que outros estados da federação já instituíram pensões específicas para órfãos do feminicídio, servindo de referência para o Maranhão.

A Promotora de Justiça Sandra Fagundes Garcia ressaltou que a iniciativa é fruto de uma ação integrada entre os Centros de Apoio e conta com o apoio do Procurador-Geral de Justiça, Danilo de Castro. Segundo ela, a deputada já formalizou a indicação do projeto, e a expectativa é de que a proposta tramite de forma célere na Assembleia Legislativa.



## CARTILHA SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA É LANÇADA NO MARANHÃO



LINK PARA ACESSO: [HTTPS://WWW.MPMA.MP.BR/SAO-LUIS-MPMA-LANCA-CARTILHA-SOBRE-GRAVIDEZ-DECORRENTE-DE-VIOLENCIA-SEXUAL/](https://www.mpma.mp.br/sao-luis-mpma-lanca-cartilha-sobre-gravidez-decorrente-de-violencia-sexual/)

No dia 13 de maio de 2025, foi entregue à deputada estadual Daniella uma proposta de alteração da Lei Estadual de Proteção aos Órfãos do Femicídio, com o objetivo de incluir uma contrapartida financeira destinada a crianças e adolescentes que perderam suas mães em razão desse tipo de crime.

Na ocasião, o Dr. Sandro Lobato destacou que outros estados da federação já instituíram pensões específicas para órfãos do feminicídio, servindo de referência para o Maranhão.

A Promotora de Justiça Sandra Fagundes Garcia ressaltou que a iniciativa é fruto de uma ação integrada entre os Centros de Apoio e conta com o apoio do Procurador-Geral de Justiça, Danilo de Castro. Segundo ela, a deputada já formalizou a indicação do projeto, e a expectativa é de que a proposta tramite de forma célere na Assembleia Legislativa.



# MPMA AVANÇA NA ATUAÇÃO INTEGRADA PARA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA



LINK PARA ACESSO: [HTTPS://WWW.MPMA.MP.BR/SAO-LUIS-MPMA-DISCUTE-MINUTA-DE-TERMO-PARA-COMPARTILHAMENTO-DE-INFORMACOES-SOBRE-VIOLENCIA-CONTRA-CRIANCAS/](https://www.mpma.mp.br/sao-luis-mpma-discute-minuta-de-termo-para-compartilhamento-de-informacoes-sobre-violencia-contra-criancas/)

No dia 26 de junho de 2025, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) realizou reunião institucional para aprovação da minuta do Termo de Integração Operacional, instrumento que estabelece diretrizes para a atuação conjunta da instituição na defesa e proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

A proposta do documento foi apresentada ao procurador-geral de justiça, Danilo de Castro, que presidiu a reunião. O termo deverá ser formalizado por promotores de justiça com atribuições nas áreas da infância e juventude — nas esferas cível, criminal e infracional —, violência doméstica e familiar, bem como junto às Varas de Família da Comarca da Ilha.

O objetivo da iniciativa é assegurar maior efetividade na proteção integral do público infantojuvenil, promovendo articulação institucional e padronização de fluxos de atendimento, em consonância com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei nº 13.431/2017.



# MPMA AVANÇA NA ATUAÇÃO INTEGRADA PARA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA



LINK PARA ACESSO: [HTTPS://WWW.MPMA.MP.BR/SAO-LUIS-ABERTA-CORREICAO-ORDINARIA-DA-CORREGEDORIA-NACIONAL-DO-MINISTERIO-PUBLICO/](https://www.mpma.mp.br/sao-luis-aberta-correicao-ordinaria-da-corregedoria-nacional-do-ministerio-publico/)

Na tarde de segunda-feira, 2 de julho, no Blue Tree Hotel, em São Luís, foi aberta oficialmente a Correição Ordinária Temática da Corregedoria Nacional do Ministério Público, com foco na promoção dos direitos fundamentais no âmbito do Ministério Público do Maranhão (MPMA). O evento reuniu membros e servidores do MPMA, representantes de outros ramos do Ministério Público brasileiro, além de autoridades do sistema de justiça e do Poder Executivo estadual.

A solenidade teve início com a exibição de um vídeo institucional apresentado pelo corregedor nacional do Ministério Público, conselheiro Ângelo Fabiano Farias da Costa, no qual foram destacados os principais temas objeto da correição: defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar; prevenção e enfrentamento à discriminação racial, à violência contra a população LGBTQIAPN+ e à intolerância à diversidade; defesa dos direitos das pessoas com deficiência; proteção de dados pessoais; defesa da infância e juventude; e garantia da educação infantil de qualidade.



O evento contou com a presença da corregedora-geral do Ministério Público do Maranhão, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, que ressaltou o papel histórico de mulheres na sociedade maranhense e no MPMA. O procurador-geral de justiça do Maranhão, Danilo de Castro, também participou, destacando a importância do trabalho da Corregedoria Nacional para o aprimoramento institucional.

Encerrando a abertura, o corregedor nacional do Ministério Público, conselheiro Ângelo Fabiano Farias da Costa, apresentou as principais pautas da correição. Compuseram ainda a mesa de abertura a ouvidora do MPMA, Sandra Elouf; o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho no Maranhão, Maurício Pessoa Lima; o procurador-chefe da República no Maranhão, Alexandre Silva Soares; o promotor de justiça militar em São Luís, Vinícius Yscandar de Carvalho; a procuradora do Estado do Maranhão, Martha Jackson de Sá Monteiro; o diretor-geral da Defensoria Pública do Estado, Luís Otavio Moraes; e o conselheiro federal e presidente vitalício da OAB/MA, Thiago Diaz.

Durante a solenidade, a promotora de justiça Sandra Fagundes destacou a relevância da correição como instrumento de aprimoramento das práticas ministeriais.



Em sua fala, enfatizou o compromisso do MPMA com a efetivação de políticas públicas voltadas à proteção da mulher. “A correição é uma oportunidade valiosa para que o Ministério Público avalie e aperfeiçoe suas práticas profissionais. O Ministério Público do Maranhão está empenhado em absorver as orientações da Corregedoria Nacional, aprimorar sua atuação e garantir que o máximo de mulheres maranhenses se sintam verdadeiramente amparadas”, afirmou.



# ENTREVISTA



A convite da presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputada Iracema Vale, a promotora de justiça Sandra Fagundes Garcia participou de uma entrevista com foco no tema “Rede de Apoio às Mulheres, Violência Política e Incentivo à Participação Feminina nos Espaços de Poder”.

A gravação, realizada de forma breve, foi produzida para exibição durante o Encontro Estadual de Legisladoras, com o objetivo de evidenciar a importância da atuação dos órgãos de apoio à mulher na

prevenção, acolhimento e enfrentamento da violência política — uma das principais barreiras que dificultam a presença feminina nos espaços de decisão e representação política.

A iniciativa reforça o compromisso institucional com o fortalecimento da participação das mulheres na vida pública e com o combate a todas as formas de violência de gênero no ambiente político.



# EVENTOS

## CAO MULHER ABORDA COMBATE ÀS DROGAS E VIOLÊNCIA EM ENCONTRO DO GRUPO REFLEXIVO PARA HOMENS



No dia 4 de junho de 2025, a equipe da Corregedoria Nacional do Ministério Público participou de um dos encontros do Grupo Reflexivo para Homens, promovido pelo Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAO Mulher), na sede das Promotorias de Justiça da capital.

Na ocasião, a titular da 4ª Promotoria de Justiça de Entorpecentes, promotora Cristiane Maia Lago, e a coordenadora do CAO Mulher, promotora de justiça Sandra Fagundes Garcia, ministraram palestra com foco no combate ao uso de drogas e na relação direta entre a dependência química e os casos de violência, especialmente no contexto familiar.



O encontro reforçou a importância de ações integradas de conscientização, prevenção e responsabilização, visando promover mudanças de comportamento, reduzir a reincidência e contribuir para a construção de uma sociedade mais segura e justa.



# SEMINÁRIO EM CURURUPU ABORDA COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FEMINICÍDIO



Nos dias 28 e 29 de maio de 2025, o Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), em parceria com diversas instituições, realizou o Seminário “Combate à Violência Doméstica e ao Feminicídio”, no município de Cururupu/MA, na sede da Associação dos Filhos e Amigos de Cururupu (AFAC). O evento teve como objetivo fortalecer as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero e promover o diálogo interinstitucional para garantir a proteção das mulheres vítimas de violência.

A Dra. Sandra palestrou durante a programação, que contou com painéis temáticos, debates e práticas voltadas ao fortalecimento da rede de proteção.

Foram registradas aproximadamente 202 pessoas presentes. A abertura oficial ocorreu às 8h30, com apresentação cultural e a presença de autoridades estaduais e municipais, incluindo representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, Secretaria de Estado da Mulher, Câmara e Prefeitura Municipal de Cururupu, além de conselhos e entidades da sociedade civil.



## GRAVAÇÃO DE VÍDEO INSTITUCIONAL REFORÇA COMBATE ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



No dia 25 de junho de 2025, em alusão ao Dia Internacional de Combate às Drogas, a promotora de Justiça Dra. Sandra Fagundes Garcia gravou um vídeo institucional reafirmando o compromisso do Ministério Público do Maranhão com a prevenção, a proteção e a promoção da dignidade humana.

Em sua mensagem, a promotora destacou a importância de refletir sobre os impactos do uso abusivo de drogas na sociedade, enfatizando sua relação direta com o aumento dos casos de violência doméstica. Ressaltou ainda que o consumo de substâncias entorpecentes, além de causar sérios danos à saúde, está associado a comportamentos agressivos, à instabilidade familiar e à maior vulnerabilidade de mulheres e crianças.

Dra. Sandra enfatizou que prevenir o uso de drogas é uma medida essencial para proteger vidas, romper ciclos de violência e promover lares mais seguros e acolhedores.



# NOTAS TÉCNICAS

## 1. NOTA TÉCNICA CNPG/GNDH Nº 003/2025

**EMENTA:** O JULGAMENTO DO RESP 2015598/PA DIRIMIU CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE VARA CRIMINAL COMUM E VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, EM COMARCA ONDE NÃO HÁ VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.  
**LINK PARA ACESSO:** [HTTPS://CNPG.ORG.BR/WP-CONTENT/UPLOADS/2025/05/NOTA\\_TECNICA\\_003-2025\\_COPEIJ-COPEVID.PDF](https://cnpg.org.br/wp-content/uploads/2025/05/NOTA_TECNICA_003-2025_COPEIJ-COPEVID.PDF)

## 2. NOTA TÉCNICA CONJUNTA CAO/JURI - 2025

**EMENTA:** DIREITOS DAS VÍTIMAS. MINISTÉRIO PÚBLICO. ATUAÇÃO. INTEGRAÇÃO  
**LINK PARA ACESSO:** [HTTPS://WWW.MPMA.MP.BR/WP-CONTENT/UPLOADS/2025/04/NTC-CONJUNTA-22025-DIREITOS-DAS-VITIMAS-ATUACAO-INTEGRADA-DO-MPMA.PDF](https://www.mpma.mp.br/wp-content/uploads/2025/04/NTC-CONJUNTA-22025-DIREITOS-DAS-VITIMAS-ATUACAO-INTEGRADA-DO-MPMA.PDF)

## 3. ORIENTAÇÃO TÉCNICA CONJUNTA

**EMENTA:** MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. ATUAÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. JURISPRUDÊNCIA.

**LINK PARA ACESSO:** [HTTPS://APPS.MPMA.MP.BR/TRANSPARENCIA/ASSINATURA-DIGITAL/?ORIGEM=DIGIDOC&SIGLA=ORIENTACAOTECNICA-CAO%2FMULHER&NUMERO=12025&CODIGO=143E885761](https://apps.mpma.mp.br/transparencia/assinatura-digital/?ORIGEM=DIGIDOC&SIGLA=ORIENTACAOTECNICA-CAO%2FMULHER&NUMERO=12025&CODIGO=143E885761)



# JURISPRUDÊNCIAS

## STF

### MI 7452

CONSTITUCIONAL. MANDADO DE INJUNÇÃO. LEI MARIA DA PENHA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU INTRAFAMILIAR. RELAÇÕES FAMILIARES HOMOAFETIVAS. HOMENS GBTI+. TRAVESTIS. TRANSEXUAIS. DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA. PRINCÍPIO DA IGUALDADE. CONFIGURADA A OMISSÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL. ORDEM CONCEDIDA. LINK PARA ACESSO: [HTTPS://SHORTURL.AT/A7WS0](https://shorturl.at/A7WS0)

### ADPF 779

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO. ARTIGO 23, INCISO II, E ART. 25, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL E ART. 65 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. “LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA”. NÃO INCIDÊNCIA DE CAUSA EXCLUDENTE DE ILICITUDE. RECURSO ARGUMENTATIVO DISSONANTE DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA (ART. 1º, INCISO III, DA CF), DA PROTEÇÃO À VIDA E DA IGUALDADE DE GÊNERO (ART. 5º, CAPUT, DA CF). PROCEDÊNCIA PARCIAL DA ARGUIÇÃO.

LINK PARA ACESSO: [HTTPS://SHORTURL.AT/3GBAQ](https://shorturl.at/3GBAQ)

## STJ

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO PENAL. DOSIMETRIA DA PENA. PREMEDITAÇÃO E VALORAÇÃO NEGATIVA DA CULPABILIDADE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO. FIXAÇÃO DA TESE JURÍDICA.

LINK PARA ACESSO: [HTTPS://SHORTURL.AT/HMQVN](https://shorturl.at/HMQVN)



DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. DOSIMETRIA. PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. VALORAÇÃO NEGATIVA DA CULPABILIDADE E DA PERSONALIDADE. IDONEIDADE. AUSÊNCIA DE BIS IN IDEM. WRIT NÃO CONHECIDO. I. CASO EM EXAME  
LINK PARA ACESSO: [HTTPS://SHORTURL.AT/WT224](https://shorturl.at/WT224)

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. TESE ABSOLUTÓRIA. SÚMULA 7/STJ. PALAVRA DA VÍTIMA. VALOR PROBANTE DIFERENCIADO EM CRIMES QUE ENVOLVEM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL. DOSIMETRIA. VETORIAL CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. FUNDAMENTO IDÔNEO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.  
LINK PARA ACESSO: [HTTPS://SHORTURL.AT/TCJJH](https://shorturl.at/TCJJH)

## TJMA

DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. MONITORAÇÃO ELETRÔNICA. LEGALIDADE. PROPORCIONALIDADE. REITERAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO. ORDEM DENEGADA. (HCCRIM 0802151-76.2025.8.10.0000, REL. DESEMBARGADOR (A) NELSON FERREIRA MARTINS FILHO, PRESIDÊNCIA, DJE 16/05/2025).

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. AMEAÇA E LESÃO CORPORAL NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (APCRIM 0870778-03.2023.8.10.0001, REL. DESEMBARGADOR (A) TALVICK AFONSO ATTA DE FREITAS, 3ª CÂMARA CRIMINAL, DJE 14/05/2025)



# EQUIPE TÉCNICA:

SANDRA FAGUNDES GARCIA  
PROMOTORA DE JUSTIÇA  
COORDENADORA DO CAO - MULHER

DAIANA ANDRADE CARNEIRO -  
ASSESSORA TÉCNICA

JOÃO SOARES FILHO  
ANALISTA MINISTERIAL

ALINE D'PAULA S. FEITOSA  
RESIDENTE JURÍDICA

ALINE SILVA NAZARETH  
AUXILIAR DE APOIO